

Governo de Cabo Verde Reúne Parceiros para Planificar o Fundo Rotativo de Água e Saneamento



Fundo de Água e Saneamento

O Governo de Cabo Verde pretende estabelecer um Fundo Rotativo de Água e Saneamento como um instrumento de excelência para financiamento dos investimentos no setor de água e saneamento para os próximos 20 anos.

Com o intuito de recolher subsídios para finalização dos documentos chave para criação e institucionalização do Fundo Rotativo para Água e Saneamento e mobilizar o suporte e engajamento dos parceiros de desenvolvimento, em matéria de compromissos de recursos financeiros que permitem a alavancagem do Fundo a médio e longo prazo, o Governo irá realizar uma Mesa Redonda no dia 9 de Junho de 2017, na cidade da Praia, Cabo Verde.

Situado na zona do Sahel caracterizada pela sua extrema aridez, o país recebe uma limitada precipitação de chuvas a uma média de 230 mm por ano, da qual somente 13% contribui para a alimentação das águas subterrâneas, que aliás, vêm diminuindo de ano para ano, como consequência do défice de recarga. Em consequência, Cabo Verde depende cada vez mais da água dessalinizada para o consumo. A problemática da água constitui um dos maiores desafios de Cabo Verde. Cerca de 80% da água para o consumo doméstico em Cabo Verde é dessalinizada e com um elevado custo de energia, com implicação direta na tarifa da água considerada uma das mais elevadas em África.

Não obstante estes desafios, o país tem feito progressos significativos na promoção do acesso das populações à água potável, tendo antecipadamente atingido em 2007 os Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) nessa matéria, previstos para 2015. Todavia, o fato de se ter atingido os ODM nesse quesito, mascara a desafiante realidade do setor hídrico em Cabo Verde, ocultando as disparidades entre o rural e o urbano, os altos custos e grandes ineficiências na gestão do setor, a qualidade do serviço e a frequência dos cortes, e o fornecimento ainda insuficiente. A realidade é que o consumo de água per capita em Cabo Verde está ainda abaixo dos mínimos >>



globalmente recomendados pela OMS. Pouco mais de metade da população do país tem acesso à rede pública de abastecimento de água. Por outro lado, a população que abastece fora da rede paga um preço muito superior à média do preço cobrado na rede. A situação da cobertura da rede de esgotos é ainda mais grave, cobrindo apenas cerca de 23,5% da população nas zonas urbanas e menos de 1% nas zonas rurais com consequências diretas na saúde pública e na sustentabilidade ambiental. Neste sentido, torna-se uma prioridade um enfoque especial sobre esse setor de forma a equiparar a cobertura em termos da rede de esgotos a níveis já conseguidos para a rede e abastecimento água, revelando-se num esforço financeiro avultado. Em consequência do alargamento da rede de esgotos, torna-se necessário a infraestruturização paralela em matéria de infraestruturas de tratamento das águas residuais e a respetiva reutilização.

Nos últimos cinco anos, o setor água e saneamento em Cabo Verde tem sido objeto de um processo de reforma institucional profundo, visando a melhoria da planificação a nível central e local, a regulação dos serviços e no investimento em infraestruturas para aumentar o acesso aos serviços de água e saneamento. Essa reforma, assente em vários pilares, produziu já resultados em que se salientam a aprovação de vários instrumentos legais e de planeamento, nomeadamente, o Plano Nacional Estratégico de Água e Saneamento, o Có-

digo de Água e Saneamento (CAS), o Quadro legislativo, institucional e regulatório, os Planos diretores das ilhas e respetivos planos de investimentos, a Política tarifária e fiscal, os Modelos de governação dos serviços, as Metas de acesso e dos objetivos de qualidade do serviço, melhoria da eficiência operacional das entidades gestoras e a construção e ou reabilitação de várias infraestruturas.

Um dos grandes ganhos do processo em curso é a operacionalização de um sistema de seguimento e avaliação da qualidade do serviço prestado no setor. Este sistema define os níveis mínimos da qualidade dos serviços prestados aos utilizadores e os mecanismos para a sua monitorização. Grande atenção é prestada à qualidade dos dados fornecidos pelas entidades gestoras às entidades reguladoras, que realizam auditorias para assegurar a fiabilidade da informação fornecida pelas entidades gestoras. É produzido um anuário estatístico, "Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos (RASAS-CV)", que reporta os níveis de serviços do setor.

Cabo Verde tem financiado as infraestruturas do setor essencialmente através da ajuda pública ao desenvolvimento de vários parceiros de desenvolvimento, permitindo a realização das infraestruturas mais urgentes, mas de acordo com os Planos Diretores já elaborados. Entretanto, para atingir os objetivos estratégicos definidos para o setor, seria necessário realizar infraestruturas ao longo dos próximos 20 anos com

FUNDO ROTATIVO DE ÁGUA E SANEAMENTO

A estratégia financeira para o setor

Para responder às carências atuais e futuras em recursos financeiros, que teriam um impacto muito negativo nas aspirações de melhor qualidade de vida da população e desenvolvimento económico do país, o Governo de Cabo Verde está empenhado na criação do fundo autónomo rotativo, com personalidade jurídica própria, para mobilizar e gerir os recursos necessários ao financiamento do setor. O Fundo teria como propósito uma gestão otimizada de recursos financeiros, utilizando os fundos do Governo e os donativos internacionais como alavancagem numa combinação com outros recursos financeiros para financiar os investimentos. Esta mudança de paradigma no financiamento do setor irá garantir a sustentabilidade dos ganhos já conseguidos e uma maior previsibilidade no financiamento de futuras infraestruturas.

Através desse mecanismo o Governo pretende:

Otimizar a aplicação de subsídios utilizando-os como alavancagem para outros recursos:

- empréstimos necessários para assegurar a realização dos investimentos estimados nos planos diretores;
- redução do risco setorial – garantias;
- criação de condições para o endividamento internos – emissão de obrigações,
- atração de recursos financeiros privados.

Assegurar uma gestão profissional, eficiente e eficaz dos recursos financeiros, através dum veículo financeiro – com autonomia, competência e atuando com transparência baseado em procedimentos já testados.

Reduzir os custos de administração dos subsídios e empréstimos internacionais: sendo Cabo Verde um país de pequena dimensão à escala mundial, com projetos no setor da água também de pequena dimensão a essa mesma escala, é importante a priorização dos investimentos baseada em programas de investimento em alternativa a projetos individualizados.

Sustentabilidade da reforma institucional e legal – disponibilizando recursos financeiros aliados à boa governança, transparência, eficiência, eficácia, previsibilidade, estabilidade e o risco setorial baixo.



um ritmo de investimento anual médio de cerca de EUR 31,7 milhões.

Esse elevado nível de investimento previsto para os próximos 20 anos é bastante superior aos recursos financeiros mobilizados nos últimos anos. Presentemente, depara-se com o risco de um decréscimo progressivo de donativos e de empréstimos concessionais para suportar os investimentos no setor por parte da comunidade internacional. Assim, face às necessidades de investimentos, urge encontrar vias para garantir o financiamento das infraestruturas numa perspetiva de médio e longo prazo – até ao horizonte 2040.

O setor de água e saneamento em Cabo Verde requer um apoio financeiro que não deve ser determinado apenas pelo rendimento médio per capita da população, mas sim pelas suas condições de insularidade, escassez de recursos hídricos, vulnerabilidade elevada a alterações climáticas, custo muito elevado na prestação de serviços básicos para a população, garantindo o direito humano a seu acesso universal, conseqüente consumos unitários abaixo da média regional e próximos do mínimo requerido pela OMS acoplados a uma excelente reputação na utilização dos recursos financeiros que são postos à disposição do país.

De acordo com os Planos Diretores de Água e Saneamento já elaborados, os custos de investimento estimados para os próximos 20 anos rondam os **EUR 635 milhões**, representando um valor anual médio de **EUR 31,7 milhões**.

Os recursos financeiros necessários para dinamização do Sector de Agua Saneamento

O Governo de Cabo Verde tem vindo a analisar os custos de investimento estimados para o setor água e saneamento nos próximos 20 anos, a fim de assegurar a prestação de serviços básicos de água e saneamento à população e possibilitar a materialização das metas preconizadas nos objetivos de desenvolvimento sustentáveis e no plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Governo para os próximos 5 anos.

Apesar dos ganhos conseguidos até a data, o setor de água e saneamento em Cabo Verde ainda não atingiu níveis de serviço equivalentes ao seu rendimento médio, devido a constrangimentos naturais ou estruturais muito relevantes nomeadamente: (i) a insularidade que condiciona ganhos de escala; ii) a escassez de recursos hídricos, com elevada variabilidade sazonal e capacidade de armazenamento limitada; iii) a vulnerabilidade elevada às alterações climáticas com progressivo agravamento do período de secas e maior precipitação extrema com impacte negativo na disponibilidade de recursos hídricos; iv) os custos de energia elevados.

Em consequência desses fatores bastante desfavoráveis, os custos de acesso a serviços básicos de abastecimento de água, seja à população ou à economia, estão bastante acima de países com o mesmo nível de rendimento, e os consumos unitários ou capitações são extremamente baixos com risco para a saúde pública;

De acordo com os Planos Diretores de Água e Saneamento já elaborados, os custos de investimento estimados para os próximos 20 anos rondam os EUR 635 milhões, representando um valor anual médio de EUR 31,7 milhões.

A MESA REDONDA DO FUNDO ROTATIVO



Tendo em atenção o engajamento que os parceiros de Cabo Verde têm dispensado ao setor da água e saneamento, o Governo de Cabo Verde pretende realizar a 9 de Junho de 2017 uma Mesa Redonda com o objetivo de apresentar a visão para o setor na nova conjuntura financeira, os desafios para a consolidação da reforma do setor e bem assim o desiderato da criação do Fundo Rotativo de Água e Saneamento como instrumento de financiamento ao setor.

A Mesa Redonda terá como público-alvo os parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde, residentes e não residentes, as instituições financeiras e privadas e as instituições chave do setor. Esta será uma oportunidade de receber contribuições dos parceiros e financiadores do setor, para ao longo de 2017, consolidar o processo de criação do Fundo, visando a aprovação do estatuto definido, o estudo mais aprofundado dos me-

canismos financeiros e os diferentes cenários de funcionamento do fundo, sua capitalização, operação e sustentabilidade.

O objetivo primordial desta mesa redonda é apresentar aos parceiros de Cabo Verde, a visão do Governo sobre o setor de água e saneamento, os resultados alcançados ao longo da história e da reforma em curso, as necessidades de investimento do setor e apelar a um engajamento dos parceiros para assegurar a sustentabilidade do financiamento das infraestruturas a médio e longo prazo. Neste quadro, tendo como objetivo a alavancagem do Fundo, o Governo fixou como meta para a Mesa Redonda a mobilização de EUR 100 milhões para financiamento dos investimentos no setor nos próximos 5 anos.

Algumas etapas com vista à criação do Fundo Rotativo foram já avançadas com o desenvolvimento do modelo de gestão do Fundo, e a elaboração dos

Estatutos, do Diploma e do Manual de Procedimentos relativos ao setor de água e saneamento.

Almejam-se como resultados desta mesa redonda o seguinte:

- a. A obtenção de subsídios para finalização dos documentos chave para criação e institucionalização do fundo rotativo sectorial para água e saneamento;
- b. O engajamento dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde na operacionalização do fundo rotativo setorial, seja através da disponibilização de assistência técnica, seja através da capacitação do pessoal ligado ao fundo;
- c. A obtenção de compromissos, em matéria de recursos financeiros, no valor de EUR 100 milhões para alavancagem do Fundo Rotativo a médio e longo prazo.